

## A TEORIA DO CAPITAL E O PAPEL DA POUPANÇA VOLUNTÁRIA NA CRIAÇÃO DE VANTAGENS COMPARATIVAS EM BENS INTENSIVO-CAPITAL

**Prof. Dr. Paulo Ricardo Feistel (UFSM) – prfeistel@gmail.com**

**Felipe Rosa da Silva (PPGE&D/UFSM) – felipersdt@yahoo.com.br**

**Área Temática: Gestão e Comércio Internacional**

**RESUMO:** O artigo pretende demonstrar o papel da poupança privada voluntária no processo de acumulação de capital. Para tal expõe-se, primeiramente a teoria do capital desenvolvida por Carl Menger, Böhm-Bawerk e aperfeiçoada por Friedrich Hayek para, posteriormente, centrar-se no papel fundamental da poupança privada voluntária como elemento gerador da acumulação de capital necessária para tornar as economias mais capital-intensivas. A argumentação gira em torno do *efeito Ricardo* e, posteriormente, das vantagens em se especializar nos insumos em que determinado país é abundante. A principal constatação teórica centra-se na possibilidade de criar vantagens comparativas em bens de capital (via poupança voluntária) indicando um postulado teórico importante para aqueles países que pretendem se industrializar e obter maior inserção competitiva no mercado internacional.

**Palavras-chave:** Teoria do Capital. Vantagens Comparativas. Efeito Ricardo.

### 1 INTRODUÇÃO

A utilização de maquinaria num país nunca deveria deixar de ser incentivada, pois, se não for permitido ao capital obter o maior rendimento líquido que o emprego de máquinas possibilita, ele será transferido para o exterior e isso representará um desestímulo muito maior à demanda de trabalho do que a generalização mais completa do uso de máquinas, uma vez que, enquanto o capital é aplicado no país, alguma demanda de trabalho deverá ser criada: as máquinas não funcionam sem a intervenção do homem, e também não podem ser construídas sem a contribuição do seu trabalho. (RICARDO, 1982, p. 294)

O comércio internacional sempre instigou diversos teóricos no estudo da Ciência Econômica. Desde Richard Cantillon (1680-1734) que decidiu investigar a natureza do comércio em geral, passando por Adam Smith (1723-1790) que resolveu inquirir por que algumas nações são mais ricas e prósperas do que outras, a David Ricardo (1772-1823) que com sua proposição das vantagens comparativas formulou uma das teorias de comércio internacional mais perenes no que tange ao estudo das trocas voluntárias entre distintos países.

No entanto, argumentar a favor da proposição *ricardiana* de que é mais eficiente e produtivo para um país se especializar na produção de bens em que possui fator abundante enquanto importa bens aos quais os demais países são fator-abundantes, não é o escopo aqui. Tal formulação de Ricardo servirá apenas como uma teoria padrão de comércio internacional que respalda a análise em termos das vantagens obtidas com o comércio internacional.

O principal objetivo é destacar uma segunda constatação teórica do economista inglês, ou seja, o papel fundamental da poupança voluntária no fomento a vantagens comparativas em países que *a priori* não são capital abundante. Baseando-se no *insight* feito por Ricardo, tenta-se argumentar teoricamente que a poupança privada voluntária é componente fundamental para tornar as economias mais capital-intensivas tornando-as mais diversificadas, produtivas e prósperas em termos econômicos.

Para isso, inicialmente, compõe-se a argumentação através da apresentação da teoria do capital austríaca que possui em Friedrich August Hayek (1899-1992) seu maior expoente. Foi o Nobel austríaco que aperfeiçoou o que Carl Menger (1840-1921) e Böhm-Bawerk (1851-1914) iniciaram no século XIX consolidando a hoje reconhecida teoria do capital *austríaca* e seus postulados sobre a estrutura produtiva da economia.

Também foi Hayek que evoluiu os postulados de Ricardo acerca da poupança voluntária na economia, corrigindo a lacuna teórica concedida pelo autor clássico para aqueles que argumentavam que o *efeito Ricardo* (termo cunhado por Hayek em artigo seminal de 1931) poderia gerar desemprego estrutural na economia ao substituir maquinário por mão de obra.

Nas seções a seguir, abordam-se todos esses conceitos expostos preliminarmente em seus pormenores. Sendo assim, o artigo consiste de cinco seções, a começar por esta. Na segunda seção apresenta-se a teoria do capital *austríaca* e a estrutura produtiva da economia baseada nos *triângulos hayekianos*. Na terceira seção, abordam-se os efeitos da poupança voluntária, bem como do crédito na distribuição dos lucros nas etapas produtivas, nas taxas de juros e na substituição de fatores (ou substituição dos bens em diferentes ordens produtivas). Na seção subsequente, fazem-se constatações teóricas sobre a importância – via *efeito Ricardo* – da poupança voluntária para a criação de vantagens comparativas em bens de capital. Elencam-se ainda argumentos contra a crítica de possível desemprego estrutural ao tornar a economia mais capital-intensiva, via defesa de uma economia mais diversificada e eficiente em termos de produtividade. Por último apresentam-se as considerações finais.

## 2 A TEORIA DO CAPITAL E A ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA

Essa seção consiste de uma breve contextualização histórica da teoria do capital *austriaca* no que tange suas origens e evoluções<sup>1</sup> ao longo do desenvolvimento da Ciência Econômica. Tal exposição torna-se importante por embasar teoricamente o que seguirá nas seções vindouras quanto à importância do crédito e da poupança voluntária na criação de vantagens comparativas em bens de capital.

No entanto, antes de adentrar na teoria do capital propriamente dita, é importante salientar que a representação gráfica exposta aqui, não substitui – em absoluto – o desenvolvimento de uma argumentação lógica e verbal<sup>2</sup> e, não consiste em aspecto fundamental do núcleo exposto pela teoria do capital. Tal exposição gráfica é conveniente apenas para maior facilidade de compreensão teórica da estrutura produtiva do capital que nessa investigação se pretende abordar.

O conceito de estrutura produtiva aqui traçado é originado de Carl Menger<sup>3</sup> em seus *Princípios de Economia Política* (1986) e está intimamente relacionado aos tipos de bens presentes em uma economia de mercado – a saber: bens de consumo (ou de primeira ordem) que são bens que satisfazem as necessidades humanas diretas; e fatores de produção (ou bens de ordem superior), que são submetidos ao processo de transformação no tempo.

---

<sup>1</sup> Um dos pontos de inflexão interna na evolução da teoria do capital *austriaca* está no fato desta não conseguir agregar os conceitos de capital fixo satisfatoriamente na sua estrutura produtiva de etapas heterogêneas ao longo do tempo. Para uma abordagem sintética acerca desse tema e um levantamento acerca do debate para evolução dessa lacuna na teoria do capital, ver Soromenho (1998, p, 497).

<sup>2</sup> Isso se deve a metodologia apriorista da Escola Austríaca. Por ser de natureza axiomática-lógico-dedutiva preza pelo caráter argumentativo baseado em leis gerais prévias a observação e que se desenrolam dedutivamente para formulação de teorias sociais e econômicas. Nesse sentido ver: Hoppe (2010) e Mises (2003).

<sup>3</sup> Por opção teórica argumentativa, considera-se a teoria do capital e das estruturas produtivas de bens e etapas com ordens distintas originária de Carl Menger, no entanto, é importante ressaltar que isso não é consenso entre os estudiosos do tema. Alguns reconhecem elementos da teoria do capital *austriaca* nas obras de autores clássicos. Tal proposição não se mostra pedante, haja visto, que nesse artigo se utilizam aprofundamentos acerca do essencial papel da poupança voluntária na estrutura produtiva da economia contidos na obra de David Ricardo, reconhecidamente um autor clássico. Schumpeter já havia percebido isso ao afirmar que “The Böhm-Bawerkian theory of interest and, incidentally, the Böhm-Bawerkian period of production are only two elements in a comprehensive model of the economic process, the roots of which may be discerned in Ricardo and which parallels that of Marx. [...] There is thus a Ricardian root to Böhm-Bawerk's achievement though he was entirely unaware of it.” (SCHUMPETER, 1954, p. 846)

Assim, o próprio Menger (1986) concebe um princípio fundamental acerca da estrutura produtiva, a saber:

[...] para que uma coisa tenha qualidade de bem, é indispensável que possa ser colocada em nexos causal com a satisfação de determinadas necessidades humanas. Contudo, vimos também que o nexos causal *imediato* entre o bem e a satisfação das respectivas necessidades humanas não constitui absolutamente condição *sine qua non* para que seja um bem, e que grande parte das coisas deriva sua qualidade de bem simplesmente do fato de terem nexos causal *indireto e mediato* com a satisfação de necessidades humanas. [Assim] A lei de que os bens de ordem superior só conservam sua qualidade de bens, enquanto conservarem os bens de ordem inferior para cuja produção serve, não constitui modificação que afete o princípio supra, mas antes uma modalidade completa da mesma. (MENGER, 1986, p 252-253, grifo do autor)

Posteriormente, esse princípio foi desenvolvido por Eugen von Böhm-Bawerk em sua *Teoria Positiva do Capital* (1986) onde este concebe a estrutura produtiva em etapas conhecidas como *moscas de alvo*. Trata-se de um conjunto de anéis concêntricos para representar a estrutura temporal de produção.

Para Bohm-Bawerk (1986) a produção de um bem qualquer começava no centro do alvo através da utilização dos *meios originais* (recursos naturais e trabalho). Com o decorrer do tempo, o processo evolutivo se espraia de dentro para fora e o produto final é representado pelo anel mais afastado. Assim quanto mais anéis a *mosca de alvo* possuir, maior o grau de desenvolvimento do processo produtivo ou do sistema econômico. Cada anel representa o que autor *austríaco* denominou de *classe de maturação*.



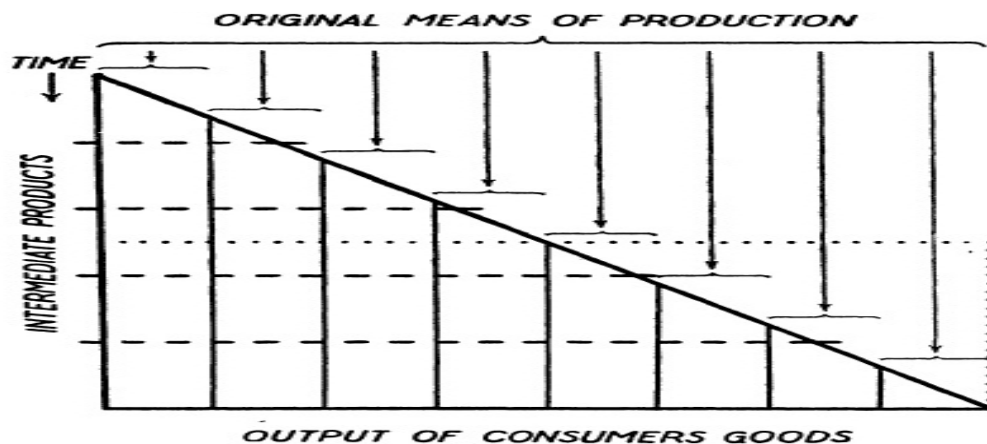
**Gráfico 1 – Representação da estrutura produtiva conhecida como mosca alvo.**

Fonte: Elaboração própria adaptado de BÖHM-BAWERK, A *Teoria Positiva do Capital*, 1986, p 133-134, passim .

Mais tarde, em evolução ao que foi sistematizado por Menger e Böhm-Bawerk, Friedrich August Hayek desenvolve a sua teoria do capital ao longo de três obras<sup>4</sup> em uma década e, por sugestão de Ludwig von Mises (1881-1973), acrescenta um ponto importante à teoria na representação da estrutura do capital: uma estrutura em etapas *ao longo do tempo*, que ficaram conhecidas como os *triângulos hayekianos*. Tais formulações de Hayek captam a linearidade essencial – o que não significa a negação da existência de não-linearidades importantes – da estrutura de produção.

A teoria e representação de Hayek tem como principal característica a desagregação, ou seja, para Hayek, segundo Soromenho (1998; 2012), o pressuposto de que os bens de capital são heterogêneos é indispensável na concepção de uma estrutura produtiva.

Isso torna claro tanto o problema da alocação intertemporal de recursos, bem como, evidencia o caminho de solução do mercado para as questões de poupança e investimento. Hayek (1931; 1939; 1941) mostrou que uma coordenação das decisões entre poupança e investimento pode ser feita por uma taxa de juros gerida puramente pelo mercado. E também reconheceu que esse aspecto da economia de mercado é particularmente sensível à manipulação dos juros feita pelos bancos centrais<sup>5</sup>.



**Figura 2 – Triângulos Hayekianos e a estrutura de etapas produtivas da economia.**

Fonte: HAYEK, *Prices and Production*, 1931, p. 39.

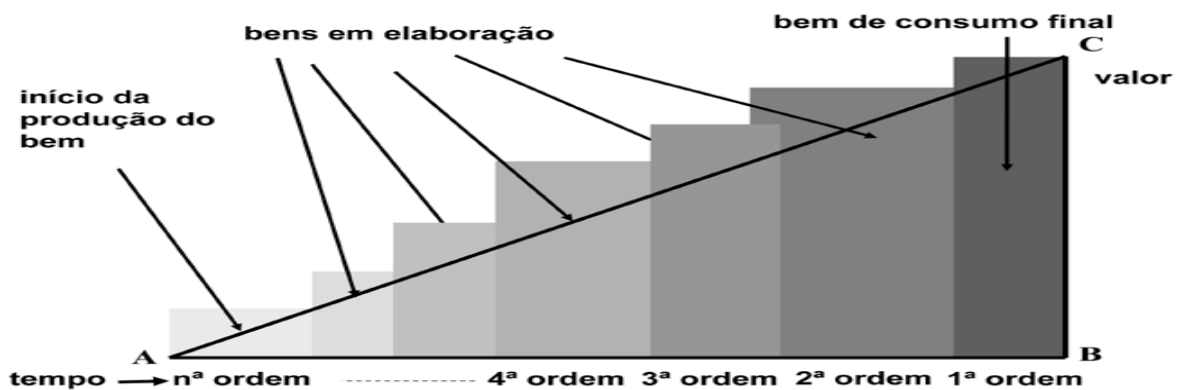
No que tange à movimentação da renda nessa estrutura produtiva, pode-se afirmar que, conforme Soromenho (1998; 2012); Huerta de Soto (2012) e Iorio (2011), a mesma ocorre ao

<sup>4</sup> Hayek (1931; 1939 e 1941)

<sup>5</sup> Nesse sentido e de forma complementar, ver Huerta de Soto (2012).

longo do tempo, tanto diacronicamente (etapas em períodos de tempo sucessivos) como sincronicamente (etapas simultâneas do processo produtivo). Além disso, mostra a poupança e o investimento em cada uma dessas etapas e a remuneração dos fatores originais de produção (trabalho e recursos naturais), bem como os juros e o lucro empresarial puro.

Assim, devido à função empresarial, os empresários segundo Huerta de Soto (2012), dedicam seus esforços e investimentos naquelas atividades que julgam obter os ganhos relativos mais elevados. É o fundamento microeconômico essencial para entender as modificações de tamanho e duração das etapas produtivas.



**Figura 3 - Esquemas da estrutura e das etapas produtivas da economia**

Fonte: Iorio, *Ação Tempo e Conhecimento*, 2011, p. 207.

Logo, ainda que a totalidade da renda líquida que recebem os fatores originários e os capitalistas em forma de ganho (ou juros) coincida exatamente com a importância gasta na totalidade de bens de consumo (acarretando em poupança líquida nula), existe um importante volume bruto de poupança e investimento movimentado ao longo da estrutura produtiva, conforme Iorio (2011).

Isso indica, como explicou Hayek (1931), que na parte mais à esquerda da estrutura produtiva se encontra a oferta de bens presentes que realizam os poupadores em troca da obtenção por bens futuros. Na parte mais à direita, encontra-se a correspondente demanda por bens que efetuam os ofertantes de bens futuros (no presente).

Desse modo a poupança bruta que se efetua no sistema econômico é maior do que a importância gasta em bens de consumo final. Essa poupança bruta é igual ao investimento

bruto em um determinado exercício, representado pela forma de gastos com os fatores produtivos da economia<sup>6</sup>.

Portanto, segundo Iório (2011), Huerta de Soto (2012) e Soromenho (1998; 2012), a movimentação da renda ao longo da estrutura produtiva evidencia que a quantidade de dinheiro gasto em bens de produção durante qualquer período de tempo é muito superior à quantidade dispendida durante esse mesmo período em bens e serviços de consumo final. Temos assim, que a renda bruta do exercício é a soma da poupança e investimentos brutos que ocorrem nas etapas intermediárias com o consumo final das pessoas<sup>7</sup>.

Exposta a teoria do capital e os seus pormenores na estrutura produtiva, pode-se avançar nos efeitos da expansão do crédito na estrutura produtiva para, posteriormente, entender como a poupança voluntária auxilia na criação de vantagens comparativas em bens de capital.

### **3 EFEITOS DA EXPANSÃO CREDÍCIA SOBRE A ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA**

Essa seção desenvolve os efeitos da poupança voluntária sobre a estrutura produtiva da economia explicada na seção anterior através de *spillovers* sobre os lucros e como estes se dispersam nas etapas e setores produtivos. Posteriormente, apresenta os efeitos da diminuição – advinda da poupança voluntária – nas taxas de juros e como estas afetam os preços nos diversos ramos da economia. E, por último, apresenta-se o *efeito Ricardo* e como este se propaga nas etapas produtivas ao substituir bens de ordem inferior por de ordem superior estimulando a acumulação de capital e a industrialização da economia.

---

<sup>6</sup> Para uma explicação contábil mais rigorosa acerca do exposto, ver Huerta de Soto (2012).

<sup>7</sup> Diga-se de passagem, o exposto pela teoria do capital na estrutura produtiva da economia revela o erro conceitual do sistema de maior magnitude da contabilidade nacional – o produto interno bruto (PIB). Essa definição contábil, ainda que contenha o termo “bruto”, não reflete a verdadeira renda bruta gasta ao longo do exercício em toda a estrutura produtiva. Isso porque computa apenas a produção de bens e serviços finais, sendo, portanto, líquida. No entanto, os tradicionais estudos macroeconômicos centram-se quase exclusivamente na evolução do produto e da renda em termos do PIB, eliminando o papel protagonista das etapas intermediárias e ocultando aspectos fundamentais da estrutura produtiva da economia. Para não tangenciar o escopo desse artigo não entraremos nos pormenores de tal crítica à mensuração do PIB. Nesse sentido, ver Skousen (1990)

### 3.1 Crescimento sustentável via aumento prévio de poupança voluntária

Como definiu Huerta de Soto (2012), a poupança exerce três efeitos sobre a estrutura produtiva da economia. De uma maneira geral, a soma desses três efeitos associados ao sacrifício de poupar, com o sistema de preços e a função empresarial causam uma diminuição da taxa de preferência intertemporal dos agentes (preferência de bens presentes em função de bens futuros), modificando a estrutura das etapas produtivas, que tende a tornar-se mais complexa e produtiva.

Trata-se de um dos processos mais importantes que ocorrem em toda a economia. *Stricto sensu*, os efeitos da poupança voluntária para Hayek (1931) e Iorio (2011) sobre a estrutura produtiva se propagam de três formas: i) o efeito derivado da disparidade de lucros que surge entre as etapas produtivas; ii) o efeito da diminuição da taxa de juros sobre os preços de mercado dos bens de capital e; iii) o *efeito Ricardo*.

#### 3.1.1 O efeito derivado da disparidade de lucros que surge entre as etapas produtivas da economia

O aumento da poupança voluntária na sociedade sobre uma parte da renda total líquida reduzirá, na mesma proporção, a demanda monetária total de bens de consumo. Conseqüentemente, haverá uma perda contábil nas empresas dedicadas as etapas finais de consumo (além dos custos de oportunidade).

Mas o fato de que se produzam perdas contábeis nessas etapas finais de produção não interfere de imediato nas etapas anteriores, pois estas continuam experimentando ganhos parecidos com os que desfrutavam antes do aumento da poupança voluntária sobre uma parte da renda total líquida.

Logo, segundo Huerta de Soto (2012), essa disparidade de ganhos entre as etapas produtivas atua como sinal indicador de incentivo e estímulo para que os empresários restrinjam seus investimentos nas etapas mais próximas ao consumo final. Assim estes direcionam seus investimentos para as etapas mais distantes da estrutura produtiva, ou seja, as



etapas em que são obtidos ganhos relativamente mais elevados. Esse crescimento da poupança tende a produzir, então, um alargamento temporal na estrutura produtiva da economia.

Além disso, Iorio (2011) ressalta outro ponto importante. O incremento nos preços dos fatores de produção que normalmente se produziria devido à sua maior demanda nas etapas mais distantes do consumo final, não ocorre (salvo aqueles fatores mais específicos). Isso porque cada aumento na demanda por fatores nas etapas mais afastadas do consumo final é neutralizada ou compensada em sua maior parte com a liberação dos recursos produtivos das etapas de consumo final ou próximas a esta (agora menos viável economicamente em função das perdas contábeis).

Assim, para a coordenação empresarial entre as etapas da estrutura de produção de uma sociedade imersa em um processo de aumento de poupança e de crescimento econômico é muito importante que os mercados de fatores de produção e especialmente os dos fatores de produção originais (trabalho e recursos naturais) sejam muito flexíveis e permitam, com um custo econômico e social mínimo, a transferência gradual de umas para outras etapas de produção. (HUERTA DE SOTO, 2012, p. 290)

É preciso compreender que essa diminuição do investimento no setor de bens de consumo explica o começo de uma certa desaceleração na chegada de novos bens de consumo. Esta desaceleração continuará até a chegada de uma quantidade maior que tem sua origem na maior produtividade derivada do aumento da complexidade e alargamento das etapas produtivas iniciais e intermediárias.

Dado que os processos de produção tendem a ser mais produtivos conforme incorporam maior complexidade e número de etapas, esta estrutura mais capital-intensiva terminará gerando um importante incremento na produção final de bens de consumo. Por isso, o incremento de poupança em comunhão ao livre exercício da função empresarial é a condição necessária e motora que impulsiona todo o processo de desenvolvimento econômico.

### 3.1.2 O efeito da diminuição da taxa de juros sobre o preço de mercado dos bens de capital

O incremento de poupança voluntária na economia, ou seja, da oferta de bens presentes propicia uma diminuição das taxas de juros<sup>8</sup> de mercado e essa diminuição tem um efeito importante sobre o valor dos bens de capital, em especial aos bens que se utilizam nas etapas mais distantes das etapas de consumo final e que possuem uma duração e aporte maior ao processo produtivo.

Isso ocorre, segundo Huerta de Soto (2012), porque o desconto intertemporal do cálculo econômico diminui, e começa, a viabilizar economicamente empreendimentos que até então eram inviáveis, principalmente aqueles que estavam mais distantes das etapas de consumo final. Com efeito, gera-se tanto uma ampliação na estrutura produtiva (aumento da produção de bens de capital já existentes) como um alargamento ou expansão das etapas produtivas da economia. Ambos os casos, novamente, devidos à capacidade criativa e coordenadora da função empresarial livre em uma economia de mercado.

### 3.1.3 O Efeito Ricardo

O *efeito Ricardo* possui suma importância em consequência do incremento de poupança voluntária que o mesmo atrela sobre o nível de salários reais. Leva esse nome<sup>9</sup> devido à menção que David Ricardo fez ao fenômeno quando da publicação dos seus *Princípios de Economia Política e Tributação* (1821).

O efeito – a despeito de sua importância – é relativamente simples de ser compreendido. Quando se produz um aumento de poupança voluntária na economia, os preços de bens de consumo final experimentam uma redução. Logo, segundo Hayek (1942; 1969), enquanto os salários nominais continuarem nos mesmos níveis<sup>10</sup> anteriores ao incremento da poupança

---

<sup>8</sup> Aqui não abordar-se-á a crítica de Sraffa (1932a; 1932b) a Hayek no que tange a poupança voluntária não possuir relação com a expansão do crédito oriunda da diminuição nas taxas de juros. Para um bom resumo no debate Hayek-Sraffa ver: Soromenho (2012, p. 233-234)

<sup>9</sup> Quanto ao termo “Efeito Ricardo” este foi formulado por Friedrich Hayek em (1931). Existem algumas distinções entre a formulação feita por Ricardo em seus *Princípios de Economia Política e tributação* (1821) e a adaptação que Hayek fez nos anos 30. À frente abordam-se tais distinções. No sentido de aprofundar o tema, ver: Huerta de Soto (2012) e Iório (2011).

<sup>10</sup> O que no Brasil – por exemplo – é praxe, devido à atual legislação trabalhista que enrijece os salários nominais para baixo.

voluntária, se produzirá um aumento nos salários reais de todos os trabalhadores empregados em todas as etapas da estrutura produtiva da economia.

No entanto, esse aumento de salário real é um sinal, em termos relativos, de que talvez seja mais viável economicamente substituir mão de obra<sup>11</sup> por bens de capital, estabelecendo a tendência de alargamento da estrutura produtiva, tornando-a, portanto, mais capital-intensiva

Não se pode esquecer, também, de que todo incremento de poupança voluntária e de investimento sempre gera inicialmente uma redução na produção de novos bens e serviços de consumo final em relação ao potencial máximo que se poderia atingir no curto prazo. Porém, como bem ressaltou Iorio (2011), essa redução cumpre a função de liberar (dada à lei da escassez) fatores produtivos que são necessários para a ampliação e alargamento das etapas mais distantes do consumo final. A conclusão reitera-se é o surgimento de uma estrutura produtiva mais capital-intensiva

Como consequência da combinação dos três efeitos anteriormente descritos, haverá – impulsionados pelo processo empresarial – a tendência ao surgimento de uma nova estrutura produtiva, mais ampliada e alargada. Embora a renda bruta total do exercício permaneça a mesma (pois apenas trocou-se consumo por poupança), sua distribuição torna-se completamente distinta. Em termos observáveis para os consumidores, a combinação dos três efeitos, como resalta Iorio (2011), propicia uma significativa redução dos preços de mercado em bens de consumo (tanto inicialmente com a queda na demanda, como posteriormente, devido a maior produtividade da estrutura produtiva agora mais capital-intensiva) e o consequente incremento no salário real.

Mas se houver o comportamento social de consumir mais em detrimento da realização de poupança voluntária, se produz, conseqüentemente, efeitos contrários aos três anteriormente descritos.<sup>12</sup> Logo, somente um aumento prévio de poupança voluntária na

---

<sup>11</sup> O leitor mais atento deve observar que o *efeito Ricardo* pode gerar desemprego estrutural. Na seção seguinte, aborda-se a explicação de Hayek do porque isso não ocorre e como o autor austriaco avançou nesse sentido teórico ao autor clássico (que admitia tal possibilidade).

<sup>12</sup> A saber, é o consumo de estoque de bens de capital que – em última instância – diminui a capacidade produtiva e a produção de bens e serviços de consumo, dando lugar a um empobrecimento generalizado da sociedade. Não obstante, esse é o receituário de crescimento econômico proposto por Keynes em função do paradoxo da poupança em que (entre tantos outros elementos teóricos) consiste a *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda* (2007). Nesse sentido ver: Iorio (2011).

economia é o que possibilita a esta tornar-se mais capital-intensiva, o que, inclusive, pode ser utilizado como conceito de crescimento sustentável e, talvez, desenvolvimento econômico.

Em outras palavras:

Este é, em síntese, o processo de crescimento e desenvolvimento econômico mais saudável e mais sustentável que se pode imaginar, ou seja, aquele que apresenta menos desajustes, tensões e conflitos econômicos e sociais e que, historicamente, se verificou em várias ocasiões, tal como já demonstraram os estudos mais fiáveis. (HUERTA DE SOTO, 2012, p. 302)

Na seção a seguir tais conceitos até aqui expostos servirão de respaldo teórico na análise da poupança como elemento de estímulo a criação de vantagens comparativas em bens de capital, proporcionando o caminho para a industrialização e o desenvolvimento econômico.

#### **4 A CRIAÇÃO DE VANTAGENS COMPARATIVAS EM BENS DE CAPITAL**

Dado o exposto até aqui, pode-se afirmar a importância das teorias de Ricardo para o comércio internacional. A primeira benesse já foi explanada: o efeito Ricardo associado ao aparato teórico de Menger (1986), Böhm-Bawerk (1986) e Hayek (1931; 1942; 1969) acerca da teoria do capital demonstra como a poupança voluntária pode tornar a estrutura produtiva de um determinado país mais capital-intensiva, ou seja, criando vantagens comparativas em bens de capital via acumulação do mesmo por poupança voluntária.

A segunda se refere ao fato de como é fundamental (dado o maior grau de heterogeneidade e diversificação produtiva) tornar a economia mais capital-intensiva, industrializável e, portanto, mais produtiva e próspera. Ou em outros termos, em como é vantajoso criar vantagens comparativas além daquelas associadas a recursos naturais de um país.

Existe uma vasta literatura<sup>13</sup> em diversas correntes de pensamento que demonstram a importância para um país em se industrializar e produzir bens de maior valor agregado. Nessa

---

<sup>13</sup> Para uma abordagem mais heterodoxa acerca da importância da industrialização ver: Bresser-Pereira (2002; 2006) e Bielschowsky (2012).

penúltima seção – como encerramento teórico complementar ao já exposto nas anteriores – pretendemos afirmar uma posição teórica a favor das vantagens comparativas nos padrões de comércio internacional. O intuito é evidenciar teoricamente que as mesmas além de melhor dispersar a tecnologia e o capital pelo mundo, não geram dependência econômica das nações desenvolvidas (que supostamente imporiam seus termos de troca às nações em desenvolvimento), pois é possível – segundo o exposto na seção três – criar vantagens comparativas em bens de capital e, portanto, tornar economias trabalho-intensiva (geralmente exportadoras de bens primários) em economias industrializadas com alto valor agregado na produção interna.

Em sentido oposto SINGER (apud RICARDO, 1986, p. 25) evidencia que as vantagens comparativas quando “aceita[s] nos países não-desenvolvidos [...] levou-os a se especializarem na produção primária – o que retardou bastante sua industrialização”. A questão a qual Singer deveria questionar é até que ponto tais nações estimularam o surgimento do *efeito Ricardo*. Até que ponto tais países incentivaram a poupança voluntária privada na economia em substituição a poupança forçada<sup>14</sup> gerando vantagens comparativas em bens de capital?

O outro argumento em detrimento ao *efeito Ricardo* advém da ideia de que o mesmo pode gerar desemprego estrutural<sup>15</sup> ao substituir mão de obra por maquinário. O próprio Ricardo (1986) admite que tal problema pode ocorrer se o rendimento (ou produto) bruto cair – após o surgimento do efeito da poupança voluntária – mesmo como rendimento líquido subindo. No entanto, o autor clássico vê essa hipótese teórica como ajustável ao longo do desenvolvimento do processo produtivo, pois:

A cada aumento, porém, será necessário empregar mais trabalhadores, e, portanto, uma parte do pessoal despedido no primeiro momento seria subsequentemente empregada. E se o aumento da produção, em consequência da utilização da máquina, fosse tão grande que proporcionasse, sob a forma de produção líquida, uma quantidade de alimentos e gêneros de primeira necessidade tão grande quanto existia antes na forma de produto bruto, a capacidade de empregar toda a população seria a mesma e, portanto, não haveria necessariamente nenhuma população excedente. (RICARDO, 1982, p. 290)

---

<sup>14</sup> Para os malefícios do incentivo a poupança forçada, ver: Iório (2011) e Huerta de Soto (2012). Para uma abordagem em defesa desta para o desenvolvimento econômico, ver Bresser-Pereira; Nakano (2003).

<sup>15</sup> Um bom resumo argumentativo sobre a teoria de que o *efeito Ricardo* gera desemprego estrutural pode ser encontrado em Gehrke (2003).

Contudo, esse titubeio teórico de Ricardo acerca do efeito da poupança voluntária foi bem complementado por Hayek (1931) que, segundo Iorio (2011), não se limitou a uma análise dicotômica de substituição da estrutura produtiva entre mão de obra por maquinário preferindo adotar uma linha analítica de substituição de métodos mais indiretos de produção por métodos menos indiretos de produção<sup>16</sup>. Mises (1990) também é taxativo nos erros conceituais da teoria do desemprego estrutural:

A confusão começa com o equívoco de que a máquina "substitui" a mão-de-obra. Na realidade, o que a máquina faz é tornar a mão-de-obra mais eficiente. O mesmo aporte de trabalho possibilita a obtenção de uma maior quantidade ou de uma melhor qualidade de produtos. O uso da máquina em si não resulta *diretamente* numa redução do mínimo de operários empregados na fabricação de um artigo *A*. O que provoca esse efeito secundário é o fato de que - tudo o mais sendo igual - um aumento da oferta de *A* diminui a utilidade marginal de uma unidade de *A* em comparação com as unidades de outros artigos; por consequência, a mão-de-obra é deslocada da produção de *A* para a produção de outros artigos. O progresso tecnológico ocorrido na produção de *A* torna possível realizar certos projetos que antes não poderiam ser executados porque os trabalhadores necessários estavam ocupados na produção de *A*, cuja demanda pelos consumidores era considerada mais urgente. A redução do número de trabalhadores na indústria produtora de *A* é provocada pela maior demanda desses outros setores aos quais é oferecida a oportunidade de expansão. Consequentemente, tudo o que se costuma dizer sobre "desemprego tecnológico" fica devidamente refutado. (MISES, 1990, p. 1054)

Assim, o retardo industrial dos países ditos em desenvolvimento não se dá por imposições dos termos de troca dos países desenvolvidos para com estes, mas sim pela falta de direcionamento e estímulo econômico a poupança voluntária nesses países.

Em resumo, tal política geraria liberação de fatores de produção na economia. Baixaria, de forma sustentável, as taxas de juros no longo prazo propiciando maiores investimentos. Alargaria a estrutura produtiva (via *efeito Ricardo*) para bens de ordem superior em contrapartida ao arrefecimento nos bens de ordem inferior. Realocaria a mão de obra desses setores finais da economia para os intermediários e primários (de maior produtividade) evitando o desemprego estrutural no médio/longo prazo e, finalmente, tornaria a economia mais produtiva, industrializada e intensiva em bens de capital, gerando vantagens comparativas também nesses setores de maior valor agregado. Isto, inevitavelmente,

---

<sup>16</sup> Em resumo, segundo Iorio: “o *efeito Ricardo* original refere-se à substituição de homens por máquinas, quando os salários nominais aumentam e/ou os preços dos bens caem, enquanto o *efeito Ricardo hayekiano* diz respeito à substituição de métodos mais indiretos por métodos menos indiretos, em decorrência de aumentos salariais e/ou quedas nos preços.” (IORIO, 2011, p. 242)

melhoraria os termos de troca em contrapartida ao que afirmam os adeptos das teorias de *path dependence* ou desenvolvimentistas de industrialização tardia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou evidenciar o papel importante da poupança privada para a geração de riqueza e desenvolvimento econômico. Para tal, se estabeleceu a importância de diversificar a pauta produtiva para bens de maior valor agregado, gerando maior eficiência e produtividade da economia – em suma se defendeu a importância da industrialização econômica.

Temos consciência de não estarmos sozinhos teoricamente na defesa desse preceito. O diferencial proposto aqui se encontra na defesa sistemática da poupança voluntária como elemento essencial para que tal industrialização ocorra.

É a poupança deliberada que disponibiliza fatores escassos para o futuro. É esta que permite quedas sustentáveis nas taxas de juros tornando o preço do capital ao longo do tempo mais barato e viável economicamente, estimulando investimentos. É a poupança voluntária que permite uma melhor redistribuição dos lucros entre as diversas etapas produtivas da economia (agora mais extensa em termos produtivos) e propicia a realocação dos fatores em bens de ordem inferior (menos produtivos) para os de ordem superior (mais produtivos).

Assim, é a poupança voluntária que viabiliza a acumulação de capital inerentemente necessária para a industrialização econômica. Logo, é esta, elemento gerador de vantagens comparativas em bens de capital ao tornar possível a acumulação de tal fator. Assim, pode-se considerar que é também a poupança voluntária elemento primordial para que os países melhorem suas competitividades no comércio internacional. É isso que os torna menos dependentes e passivos no que tange aos termos de troca dos países desenvolvidos em relação aos demais.

Logo, é com poupança voluntária interna (e não externa) que é possível industrializar e modernizar a economia, enriquecendo-a e distribuindo melhor a renda entre todos. É a poupança voluntária que permite aos países aumentar a produtividade, competir e aproveitar as benesses do comércio internacional (via vantagens comparativas) propiciando melhores

condições de vida a todos no longo prazo. Talvez seja esse o caminho de desenvolvimento econômico sustentável para as economias (sub)desenvolvidas no longo prazo.

## **REFERÊNCIAS**

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as três Frentes de Expansão no Brasil: Um Desenho Conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BÖHM-BAWERK, E. von. **A Teoria Positiva do Capital – Volume I**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Teoria Positiva do Capital – Volume II**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

\_\_\_\_\_. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 146-177, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 3-27, 2003.

GEHRKE, C. The Ricardo Effect: Its Meaning and Validity. **Economica**, 2003 (70), 143-158

HAYEK, F. A. **Prices and Production**. London, Routledge & Sons, 1931.

\_\_\_\_\_. **Profits, Interest and Investment and Other Essays on the Theory of Industrial Fluctuations**. London, Routledge & Kegan Paul Ltd., 1939.

\_\_\_\_\_. **The Pure Theory of Capital**. Chicago, Chicago Press. 1941.

\_\_\_\_\_. The Ricardo Effect. **Economica**, v. 9, p. 127-152, May 1942a.

\_\_\_\_\_. **Three elucidations of the Ricardo Effect**. In: HAYEK, F. New studies in philosophy, politics, economics and the history of ideas. Routledge & Kegan. p. 165- 178. 1969.

HUERTA DE SOTO, J. **Moeda, Crédito Bancário e Ciclos Econômicos**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2012.

IORIO, U. J. **Ação, Tempo e Conhecimento**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2011.



- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENGER, C. **Princípios de Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MISES, L. von. **Ação humana: Um Tratado de Economia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1990.
- \_\_\_\_\_. **Epistemological Problems of Economics**. 3. Ed. Alabama: Ludwig von Mises Institute. 2003.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo. Abril Cultural, 1982.
- HOPPE, H. H. **A Ciência Econômica e o Método Austríaco**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2010.
- SCHUMPETER, J. A. **History of Economic Analysis**. New York, Oxford University Press, 1954.
- SKOUSEN, M. **The Structure of Production**. New York University Press, 1990.
- SOROMENHO, J. E. de C. Capital e Coordenação Intertemporal: a Visão Austríaca. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro 52(3):495-522 Jul/Set. 1998.
- \_\_\_\_\_. Hayek, Hicks e a Ascensão do Walrasianismo. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 21, n. 2 (45), p. 219-244, ago. 2012.
- SRAFFA, P. Dr. Hayek on money and capital. **Economic Journal**, v. 42, p.42-53, Mar. 1932a.
- \_\_\_\_\_. Money and Capital: A Rejoinder. **Economic Journal**, v. 42, p. 249-251, Jun. 1932b.